

textos para
discussão
gemaa

Onze anos da ação
afirmativa sem cota da
UNICAMP

Anna Carolina Venturini
Pesquisadora IESP-UERJ
João Feres Júnior
Professor IESP-UERJ

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>

gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadores Associados

Marcia Rangel Candido

Anna Carolina Venturini

Assistentes de pesquisa

Luna Sassara

Poema Eurístines

José Henrique

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos





Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP

Anna Carolina Venturini
Pesquisadora IESP-UERJ

João Feres Júnior
Professor IESP-UERJ

Este texto é uma avaliação do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da UNICAMP durante seus primeiros 11 anos de funcionamento, particularmente no que toca seus objetivos principais, a inclusão de alunos pretos, pardos e oriundos da escola pública. Como os dados obtidos demonstram, o número de candidatos aprovados que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública não evoluiu de forma considerável no período de 2005 a 2015, e as proporções de alunos pretos e pardos também não sofreram alterações significativas, permanecendo muito inferiores às proporções desses grupos na sociedade brasileira ou paulista.

Em fevereiro de 2016, o reitor da UNICAMP, José Tadeu Jorge, anunciou publicamente que o **Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS)** atingiu no vestibular de 2016 as metas de inclusão previstas para serem alcançadas somente em 2017. Segundo o comunicado do reitor, 51.9% dos alunos aprovados são oriundos da escola pública e, dentre eles, 43% se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (PPI). Em entrevista coletiva, Jorge disse que aquela era uma data histórica para a universidade, e defendeu o sistema de bonificação da UNICAMP contra o sistema de cotas, adotado por universidades federais e por várias instituições estaduais de ensino superior. Ainda segundo ele, “o PAAIS existe desde 2004, e vem, com bastante cuidado, consolidando uma metodologia de acesso que pudesse contemplar a questão social”. Esse cuidado se deve à preocupação com a qualidade, pois, nas palavras do reitor “não correremos riscos

de que os estudantes não consigam, depois, acompanhar o conteúdo dos cursos que vão fazer. A grande vantagem, na nossa opinião, do PAAIS é essa”.¹

A mudança abrupta da eficácia do programa se deve certamente às alterações introduzidas no seu desenho para o vestibular de 2016. Agora, para as provas da primeira fase, concede-se 60 pontos para estudantes do sistema público e mais 20 pontos para estudantes do sistema público autodeclarados PPIs. Já na segunda fase, as bonificações passaram a ser de 90 pontos para egressos do ensino médio público e de 30 pontos para egressos de escolas públicas autodeclarados PPIs.

O resultado alcançado pela UNICAMP em 2016 é de fato surpreendente, não tanto por ter atingido as metas estabelecidas para 2017, mas porque ao contrário do que o reitor sugere, os resultados do PAAIS, desde sua criação há onze anos, são praticamente inócuos no quesito da inclusão social e racial, como pretendemos mostrar neste estudo.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é considerada uma das melhores universidades brasileiras por rankings nacionais² e internacionais³. Além disso, a Unicamp é uma das universidades brasileiras com maior alcance nacional na seleção de estudantes de graduação. Seu vestibular é aplicado em diversas capitais brasileiras.

Com o objetivo de selecionar os estudantes “mais talentosos do país”, em 2003 a Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST) da UNICAMP realizou um estudo para determinar se havia outros fatores que poderiam ser considerados para selecionar os candidatos de maior potencial. Assim, foi comparado o coeficiente de rendimento médio ao longo do curso de graduação de todos os ingressantes entre 1994 e 1997 com sua classificação no vestibular, bem como se analisou o questionário socioeconômico para verificar outros fatores que pudessem influenciar o rendimento dos estudantes. O resultado desse estudo

¹ *Escola pública domina vestibular*. Disponível online em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/02/12/escola-publica-domina-vestibular>

² *Ranking de universidades da Folha de São Paulo*. Disponível online em: <http://rnf.folha.uol.com.br/2015/>

³ *QS World University Rankings*. Disponível online em: <http://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings>.

CWUR (Center for World University Rankings). Disponível online em: <http://cwur.org/2015/>

demonstrou que os estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas apresentaram um desempenho acadêmico positivo e melhor do que os demais. Segundo Leandro Tessler – professor da Unicamp e coordenador da COMVEST no período de 2002 a 2009:

O resultado desse estudo indicou que se a Unicamp de alguma forma aumentasse o número de egressos de escolas públicas entre seus alunos, o resultado poderia ser positivo em termos de desempenho acadêmico. Isso pode ser entendido da seguinte forma: se dois candidatos, um egresso de escola pública e um de escola privada empataram (tiveram pontuação semelhante) no vestibular, se optarmos pelo que veio da escola pública teremos um melhor aluno na Unicamp. Um mecanismo de ação afirmativa que considera prioritariamente o mérito medido pelo vestibular pode na verdade melhorar o corpo discente da universidade. (TESSLER, 2006, p. 6)

Diante disso, em 2004, o Conselho Universitário da UNICAMP, por meio da Deliberação CONSU-A-012/2004 de 25 de maio de 2004, criou o PAAIS, cujos documentos oficiais estabelecem como objetivos **o aumento do número de egressos de escolas públicas**, com a conseqüente melhora de seu desempenho acadêmico, bem como **o estímulo à diversidade étnica e cultural** (CONSU, 2004, pp. 125-126; TESSLER, 2006, pp. 5-7). Com base nesse objetivo predefinido, a UNICAMP optou por uma política ação afirmativa que opera por meio de bonificações, isto é, pela concessão de pontos adicionais na nota do vestibular.

É importante destacar que a UNICAMP foi a primeira universidade brasileira a adotar uma política de ação afirmativa desta modalidade em seu processo seletivo. Enquanto no sistema de reserva de vagas (cotas) as universidades estabelecem que uma parcela das vagas seja destinada exclusivamente a candidatos pertencentes a certos grupos sociais e/ou étnicos, no sistema de bonificação de pontos os candidatos pertencentes aos grupos beneficiados recebem um acréscimo de pontos na nota do vestibular, sendo em seguida submetidos, junto com os outros candidatos não beneficiários, às notas de corte de cada carreira.

De acordo com as regras do programa, poderão optar pelo PAAIS estudantes que cursaram integralmente o **ensino médio** em escolas da rede pública municipal, estadual ou federal ou cursaram supletivo presencial (educação de jovens e adultos) na rede pública. Esse grupo de estudantes recebe automaticamente pontos adicionais na nota do vestibular. Além disso, também poderão optar pelo

PAAIS os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tenham cursado ensino médio em escola pública, os quais terão, além dos pontos pela conclusão do ensino médio em escola pública, uma bonificação extra acrescida à nota final dividido a sua identidade étnico-racial.

O sistema de concessão de bônus da UNICAMP é diferente do que foi adotado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2007. No Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) o bônus é um percentual da nota do vestibular, de modo que os pontos adicionais efetivamente obtidos pelo estudante dependem de seu desempenho no vestibular. Já no caso do PAAIS, os pontos são fixos, ou seja, são concedidos independentemente do desempenho do estudante na prova.

Além da bonificação de pontos para alunos egressos de escolas públicas, a UNICAMP também possui um programa de isenção da taxa de inscrição. De acordo com informações constantes do website da universidade, o programa de isenção é parte do PAAIS e tem por objetivo “facilitar o acesso de candidatos carentes ao Vestibular, aumentar a participação de candidatos de escolas públicas na Unicamp e contribuir para formação de professores dos níveis fundamental e médio”⁴.

A Unicamp oferece três modalidades de isenção da taxa do vestibular: (a) isenção para candidatos carentes (Modalidade 1); (b) isenção para candidatos funcionários da Unicamp/Funcamp (Modalidade 2) e (c) isenção para candidatos aos cursos noturnos de Licenciatura (Ciências Biológicas, Física, Letras, Licenciatura Integrada Química/Física, Matemática e Pedagogia) (Modalidade 3).

Os requisitos para concessão da isenção são (a) ter cursado o ensino médio integralmente em instituições da rede pública de ensino; (b) estar integrado a domicílio com renda máxima correspondente a R\$ 920,00 mensais por morador; (c) já ter concluído ou estar concluindo no ano do vestibular o ensino médio; e (d) ser residente e domiciliado no Estado de São Paulo. No caso dos candidatos à

⁴ <https://www.comvest.unicamp.br/isencao/isencao.html>

Modalidade 3 não é necessária a comprovação de renda ou de conclusão do ensino médio em escolas da rede pública.

O presente estudo discute a inclusão racial e social proporcionada pelo **Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS)** da UNICAMP. O objetivo é analisar se e em que medida as desigualdades sociais e de raça estão ainda presentes no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da UNICAMP após decorridos 11 anos da instituição do PAAIS. Como os dados obtidos demonstram, o número de candidatos aprovados que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública não evoluiu de forma considerável na UNICAMP no período de 2005 a 2015, e os percentuais de alunos pretos e pardos também não sofreram muitas alterações, permanecendo muito inferiores às proporções desses grupos na sociedade brasileira ou paulista.

Faremos uma análise descritiva dos dados estatísticos divulgados pela UNICAMP com base nas respostas ao Questionário Socioeconômico preenchido pelos inscritos e matriculados no vestibular para ingresso nos cursos de graduação. Utilizamos como fonte os dados que a Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST) divulga em seu website (<http://comvest.unicamp.br>).

O recorte estabelecido contemplou os vestibulares para ingresso na UNICAMP a partir do ano de 2005, uma vez que esse é o primeiro ano de aplicação do PAAIS. Primeiramente foram analisadas as variáveis “escola pública” e “raça”, que são os critérios utilizados pela UNICAMP para concessão do bônus. Em seguida, analisamos a variável “renda familiar”, por ser um dos critérios adotados pela Lei Federal nº 12.711/2012 para a reserva de vagas nas universidades públicas federais. A ideia aqui foi fazer uma comparação, ainda que não exaustiva, com os resultados do programa de ação afirmativa criado pela Lei Federal.

Critérios

Como dissemos acima, de acordo com a Deliberação CONSU-A-012/2004 de 25 de maio de 2004, o PAAIS tem por objetivo estimular o ingresso de estudantes da rede pública e promover a diversidade étnica e cultural no corpo discente da UNICAMP.

Segundo as regras do programa válidas até o vestibular para ingresso no ano de 2015, poderiam optar pelo PAAIS estudantes que **cursaram integralmente o ensino médio em escolas da rede pública** municipal, estadual ou federal ou cursaram supletivo presencial (educação de jovens e adultos) na rede pública. Esse grupo de estudantes recebia automaticamente 30 pontos a mais na nota final do vestibular, ou seja, os pontos eram adicionados ao resultado da segunda fase.

Além disso, também poderiam optar pelo PAAIS os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tivessem cursado ensino médio em escola pública, os quais tinham, além dos 30 pontos adicionais, mais 10 pontos acrescidos à nota final.

Em suma, a sistema de pontuação acrescida da Unicamp funcionou da seguinte forma no período de 2005 a 2015:

Quadro 1: Sistema de pontuação aplicável ao período de 2005 a 2015.

Beneficiados	Pontos Adicionais
Candidatos que cursaram o Ensino Médio (EM) integralmente em escolas públicas do Brasil.	30 pontos adicionais na nota final do vestibular
Candidatos que cursaram o EM integralmente em escolas públicas do Brasil e se declararem pertencentes ao grupo PPI (cor ou raça Preta, Parda ou Indígena).	10 pontos adicionais ⁵

Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

⁵ Esses 10 pontos adicionados aos 30 pontos de bônus pela escola pública dava aos candidatos PPI um total de 40 pontos adicionais na nota final do vestibular.

Todavia, em 26 de maio de 2015, o Conselho Universitário da Unicamp aprovou a Deliberação CONSU-A-004/2015, a qual alterou a redação dos incisos I, II e III do art. 1º da Deliberação CONSU-A-012/2004 e alterou as regras para concessão do bônus do PAAIS.

De acordo com as novas regras do PAAIS, os candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas receberão automaticamente 60 pontos adicionados às notas da primeira fase do vestibular, sendo que os candidatos desse grupo que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas receberão mais 20 pontos. A bonificação aplicada à primeira fase (60 pontos ou 60 + 20 pontos) será usada para o fim de classificação e aprovação dos candidatos para a segunda fase.

Além disso, a partir do vestibular para ingresso no ano de 2016, os candidatos aprovados para a segunda fase e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública receberão 90 pontos adicionais na prova de redação e 90 pontos adicionais nas provas dissertativas. Já os candidatos desse grupo que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas receberão na segunda fase os 90 pontos mencionados acima e mais 30 pontos.

Como já foi dito, **a partir do vestibular para ingresso no ano de 2016, o bônus passou a ser aplicado em ambas as fases do vestibular** e não apenas na segunda fase como ocorria até o vestibular de 2015. As fórmulas para adição de pontos aplicadas são as seguintes ⁶:

(1) Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas da rede pública de ensino

$$NPO = 0,3(NPF1 + 60) + 0,2(NPR + 90) + 0,5(NPF2 + 90)$$

(2) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública de ensino

$$NPO = 0,3(NPF1 + 80) + 0,2(NPR + 120) + 0,5(NPF2 + 120)$$

⁶ Sendo: NPO = Nota Padronizadas de Opção; NPF1 = Nota Padronizada da primeira fase; NPR = Nota Padronizada de redação; e NPF2 = Nota Padronizada das provas dissertativas.

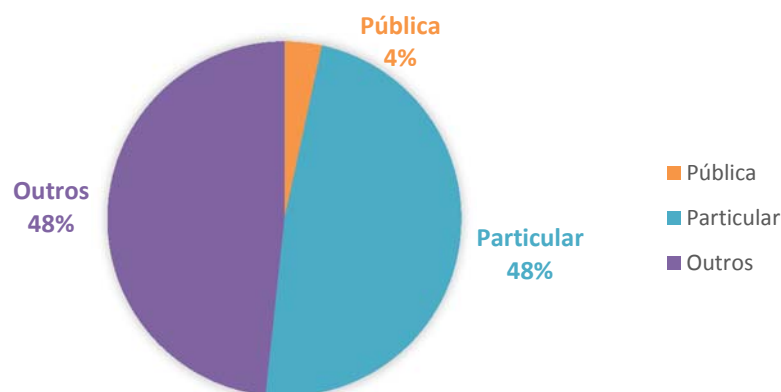
O PAAIS completou 11 anos em 2015. Entretanto, alguns de seus críticos, inclusive movimentos sociais, argumentam que o programa não logrou êxito em promover a inclusão social prometida. Seria tal interpretação verdadeira? Para responder essa pergunta, analisamos em seguida os dados divulgados pela COMVEST no período de 2005 a 2015 com a finalidade de avaliar a efetividade da inclusão social e racial proporcionada pelo PAAIS ao longo de sua existência. A série de gráficos que se segue apresenta os percentuais de alunos inscritos e/ou matriculados na UNICAMP de acordo com critérios de raça, conclusão do ensino médio em escola da rede pública de ensino e renda familiar.

Resultados

1) Critério escola pública

O principal critério adotado pelo PAAIS para concessão do bônus é a conclusão do ensino médio integralmente em escola da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal). Ocorre, porém, que no período desde a sua criação em 2005 até o vestibular para ingresso em 2015, o número de alunos matriculados que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas corresponde apenas a 4% do total de matriculados no período. Os alunos egressos de escola particular ainda são a maioria (48%) e os demais são estudantes que cursaram o ensino médio parcialmente em escolas particulares e públicas.

Gráfico 1: Percentual de alunos que cursaram o ensino médio **integralmente** em escolas públicas e se matricularam na UNICAMP no período de 2005 a 2015.

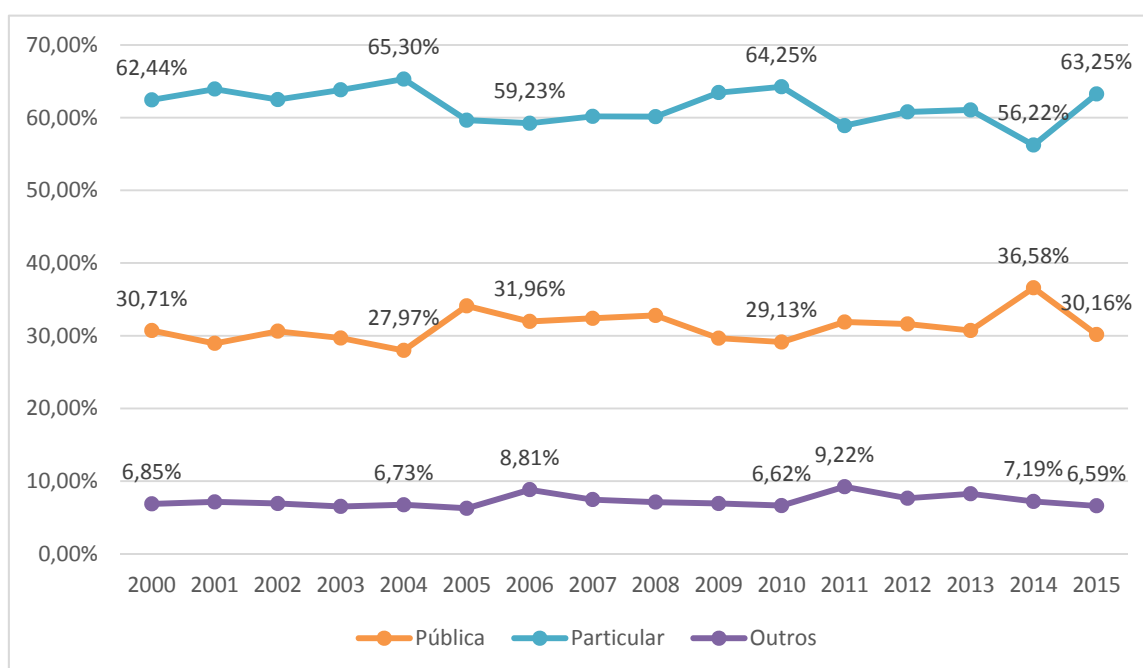


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

No período de 11 anos desde a criação do PAAIS, o total de alunos matriculados que concluíram o ensino médio integralmente em escola pública não se alterou significativamente.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, o percentual de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas manteve-se próximo a 30% durante todo o período de funcionamento do PAAIS, com exceção do ano de 2014 em que esse percentual chegou a 36,58%. O percentual de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas particulares também não teve reduções consideráveis e manteve-se acima de 60% em todos os anos com a exceção de 2014.

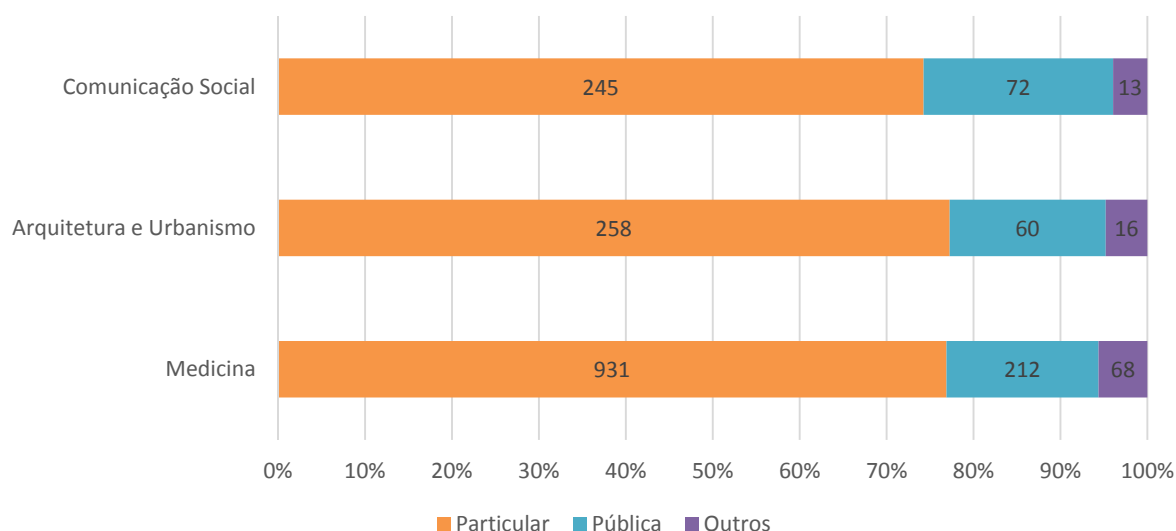
Gráfico 2: Série temporal de alunos matriculados no período de 2000 a 2015 segundo o critério de origem do ensino médio



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

A proporção de alunos matriculados nos três cursos mais concorridos da UNICAMP (Medicina, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação Social – Midialogia) que cursou o ensino médio exclusivamente em escolas particulares é superior a 75%.

Gráfico 3: Origem no ensino médio de alunos matriculados no período de 2005 a 2015.

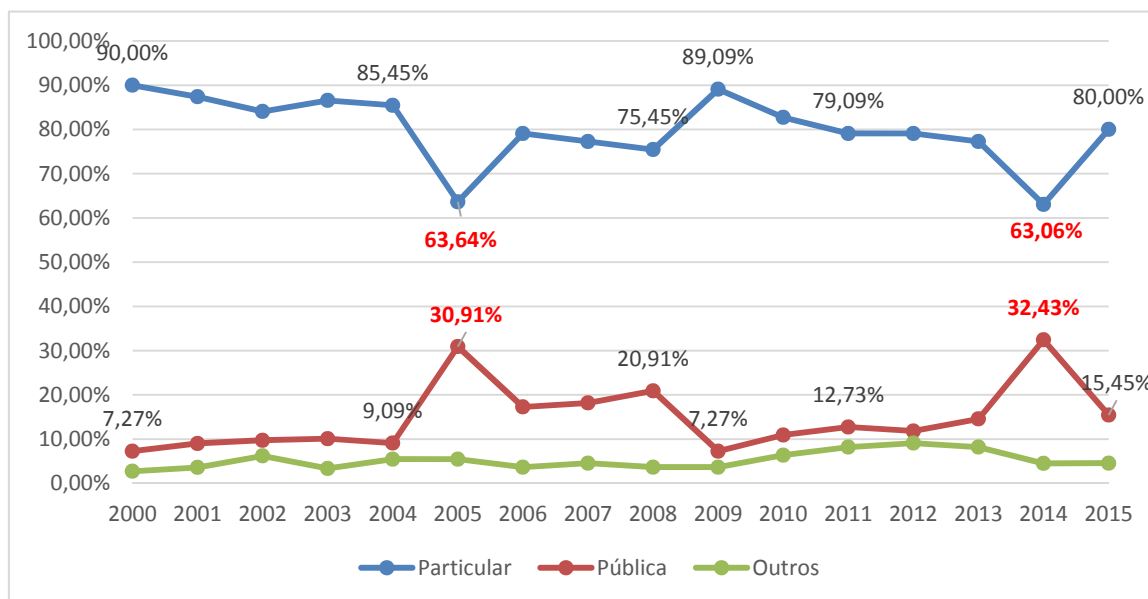


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

No curso de Medicina, apenas 17% dos alunos matriculados nos últimos 11 anos haviam cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino, ao passo que 76,88% dos alunos são egressos de escolas particulares. No curso de Arquitetura e Urbanismo, o percentual de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas é de 17,96% e Comunicação Social de 21,82%.

Se analisarmos a evolução do número de alunos matriculados no curso de Medicina nos últimos 11 anos, verificaremos que houve uma queda dos alunos que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Todavia, se compararmos com o período anterior à criação do PAAIS, veremos que houve um aumento, ainda não significativo, de alunos egressos de escolas públicas. No primeiro ano de aplicação do PAAIS (2005), há um pico, o qual não se manteve ao longo dos anos e apenas se repetiu em 2014. Em 15 anos, os estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas particulares representam 80% dos matriculados no curso de Medicina, enquanto apenas 15% cursou o ensino médio exclusivamente em escolas públicas.

Gráfico 4: Série temporal de alunos matriculados no curso de Medicina por ano (2000-2015) segundo origem no ensino médio.



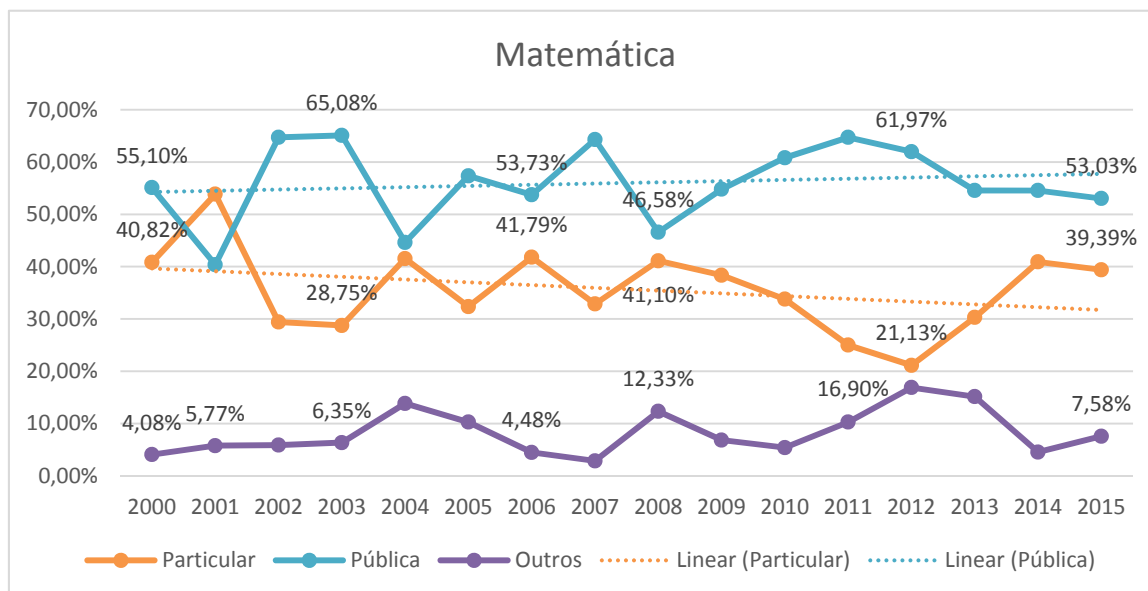
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Os dados acima demonstram que até 2015, ou seja, durante 11 anos de funcionamento do PAAIS, os alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas da rede particular de ensino foram a maioria nos cursos mais concorridos na UNICAMP, numa proporção de aproximadamente 4/1 em relação aos seus pares oriundos da escola pública. Isto é, no que toca a origem escolar dos estudantes, e, portanto, a inclusão de alunos oriundos da escola pública, o programa apresentou, desde sua criação até 2015, resultados pífios ou inexistentes. A única explicação cabível é que ele não tenha sido desenhado para incluir alunos da escola pública nos cursos mais concorridos, garantindo assim um tipo de “reserva de vaga” nesses cursos para os estudantes da rede particular, como ocorria antes de sua implantação.

O argumento acima é corroborado pela análise de dados de cursos menos concorridos, como o de Matemática, no qual antes da criação do PAAIS, o número de alunos de escolas particulares e públicas era bastante próximo. Em todo o período analisado, nota-se que o número de alunos de escola particular permaneceu relativamente estável, enquanto o número de estudantes de escolas públicas obteve crescimento. No total de alunos matriculados no curso no período

de 2000 a 2015, os alunos que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas representam 56% e os de escolas particulares 35%.

Gráfico 5: Série temporal de alunos matriculados no curso de Matemática por ano (2000-2015) segundo origem no ensino médio.



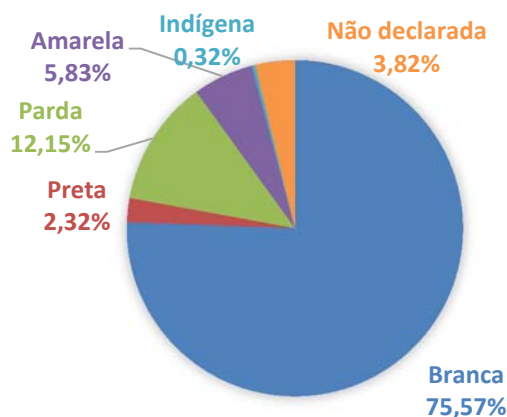
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

O exemplo do curso de matemática corrobora nossa hipótese de que o PAAIS em seu desenho original conseguia incluir mais alunos oriundos da escola pública nos cursos menos concorridos, ao passo que tinha efeito desprezível de promoção da inclusão dessa categoria de candidatos nos cursos mais concorridos. A confirmação final da hipótese requer a expansão da análise para outros cursos pouco concorridos, o que não faremos neste texto.

2) Critério racial

Com base nos dados divulgados pela UNICAMP a partir dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos inscritos e matriculados no vestibular, verifica-se, desde a adoção do PAAIS no vestibular de 2005 até o vestibular para ingresso em 2015, as proporções de grupos étnico-raciais dos alunos ingressantes conforme mostradas no gráfico 6.

Gráfico 6: Percentual total de alunos matriculados na UNICAMP no período de 2005-2015 segundo a cor



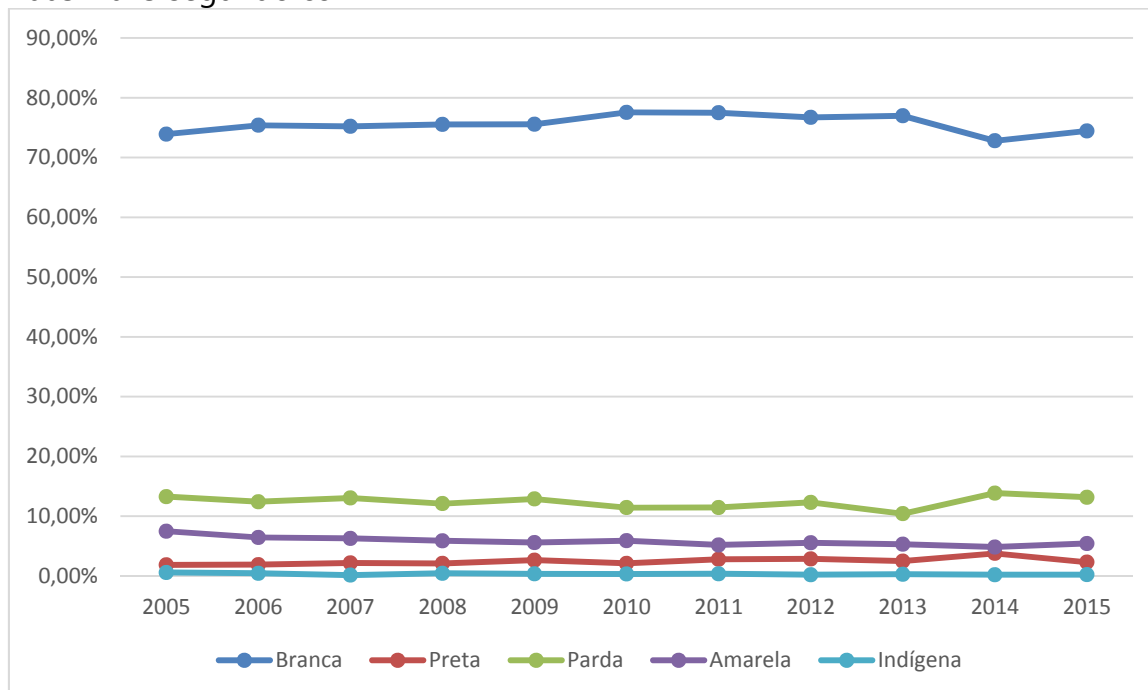
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

A composição racial dos ingressantes na UNICAMP não espelha a composição racial do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere aos alunos pretos, pardos e amarelos. De acordo com dados do Censo de 2010 do IBGE, 63,9% dos habitantes do estado de São Paulo se declararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas. No caso da UNICAMP, os percentuais de pretos e pardos são muito inferiores à média estadual, menos da metade da proporção, enquanto os percentuais de brancos e amarelos são superiores à média.

Mas adotar as médias de São Paulo como critério de comparação é procedimento conservador, pois o vestibular da UNICAMP é nacional há décadas, atraindo candidatos de todo o país. O estado de São Paulo é o mais branco do Sudeste e o mais branco do Brasil fora da região Sul. Se tomarmos a composição racial média do país segundo o mesmo Censo de 2010, que é de 7,6% de pretos e 43,1% de pardos, a sub-representação dessas duas categorias na UNICAMP mostra-se ainda mais aguda: em torno de três vezes menor que a média nacional para pretos e quatro vezes para pardos.

O quadro da evolução do número de alunos ingressantes conforme a cor, no período de 2005 a 2015, mostra estagnação. As curvas para todos os grupos raciais são extremamente estáveis, não havendo qualquer aumento ou diminuição significativos no decorrer do tempo que mereça a atenção do observador.

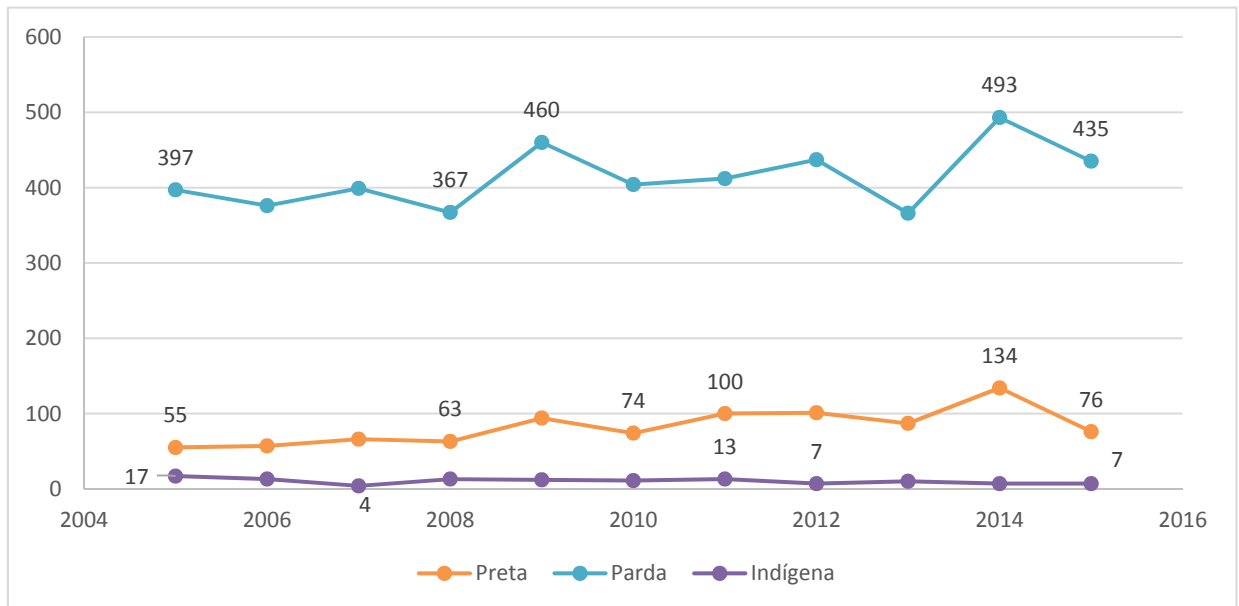
Gráfico 7: Série temporal do número de alunos matriculados no período de 2005-2015 segundo cor



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Conforme mostra o gráfico 8, no caso dos estudantes pretos e pardos, por exemplo, o ano com maior número de ingressantes foi 2014. Mas tal diferença não foi suficiente para alterar o padrão geral de estagnação. Já no caso dos indígenas, o número máximo de ingressantes foi de 17 em 2005, sendo que tal número chegou a apenas 4 em 2007 e manteve-se em 7 alunos nos anos de 2014 e 2015. Ou seja, a magnitude é tão diminuta que qualquer variação parece muito significativa.

Gráfico 8: Série temporal do número de alunos pretos, pardos e indígenas matriculados no período de 2005-2015

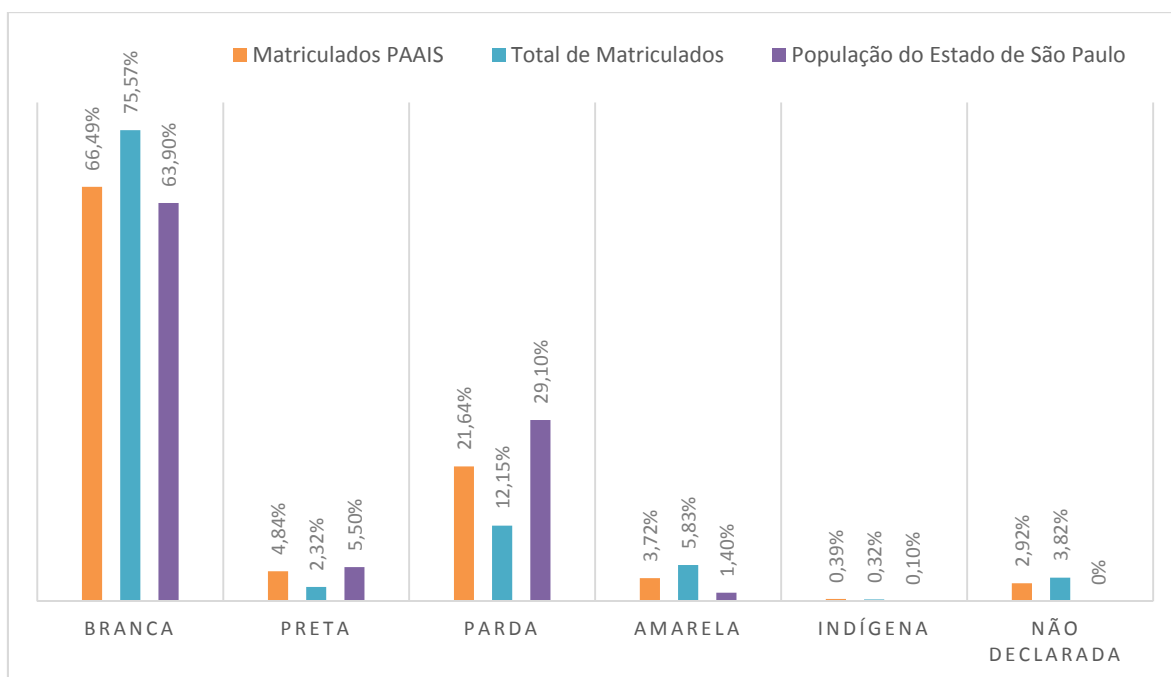


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

No que se refere apenas aos alunos que optaram pelo PAAIS nos vestibulares para ingresso no período de 2005 a 2015, verifica-se que a proporção de matriculados ainda é inferior, mas está mais próxima dos percentuais da composição racial do Estado de São Paulo. Do total de alunos matriculados que optaram pelo PAAIS no período, os brancos representam 66,49%, os pretos 4,84%, os pardos 21,64% e os indígenas 0,39%. Todavia, os alunos aprovados que optaram pelo PAAIS representam apenas 35% do total de alunos matriculados no período. Assim, é necessário levar em conta o total de alunos matriculados na Unicamp no período de 2005 a 2015.

Ao compararmos os percentuais de todos os matriculados na UNICAMP com a composição racial da população do Estado de São Paulo, vemos que a proporção de brancos é 11,67% maior do que a parcela branca do Estado, enquanto os percentuais de pardos e pretos não correspondem à metade da proporção desses grupos na população de São Paulo.

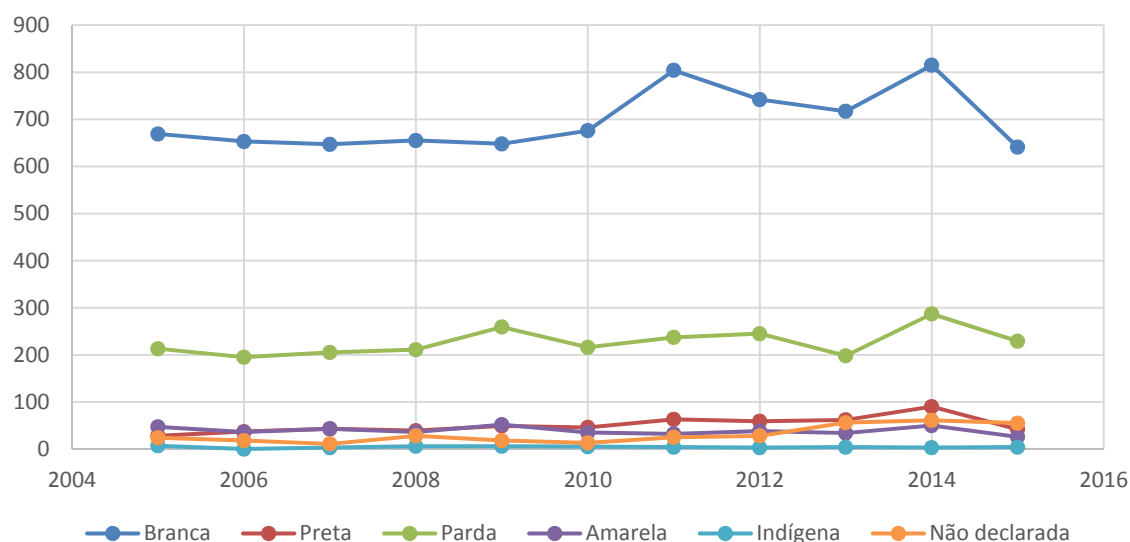
Gráfico 9: Percentual de alunos matriculados (total e que optaram pelo PAAIS) segundo cor em comparação com a população do Estado de São Paulo



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

O quadro da evolução dos números de alunos ingressantes pelo PAAIS conforme a cor mostra que a proporção desses alunos pouco oscilou no tempo.

Gráfico 10: Série temporal de alunos matriculados e optantes pelo PAAIS (2005-2015)

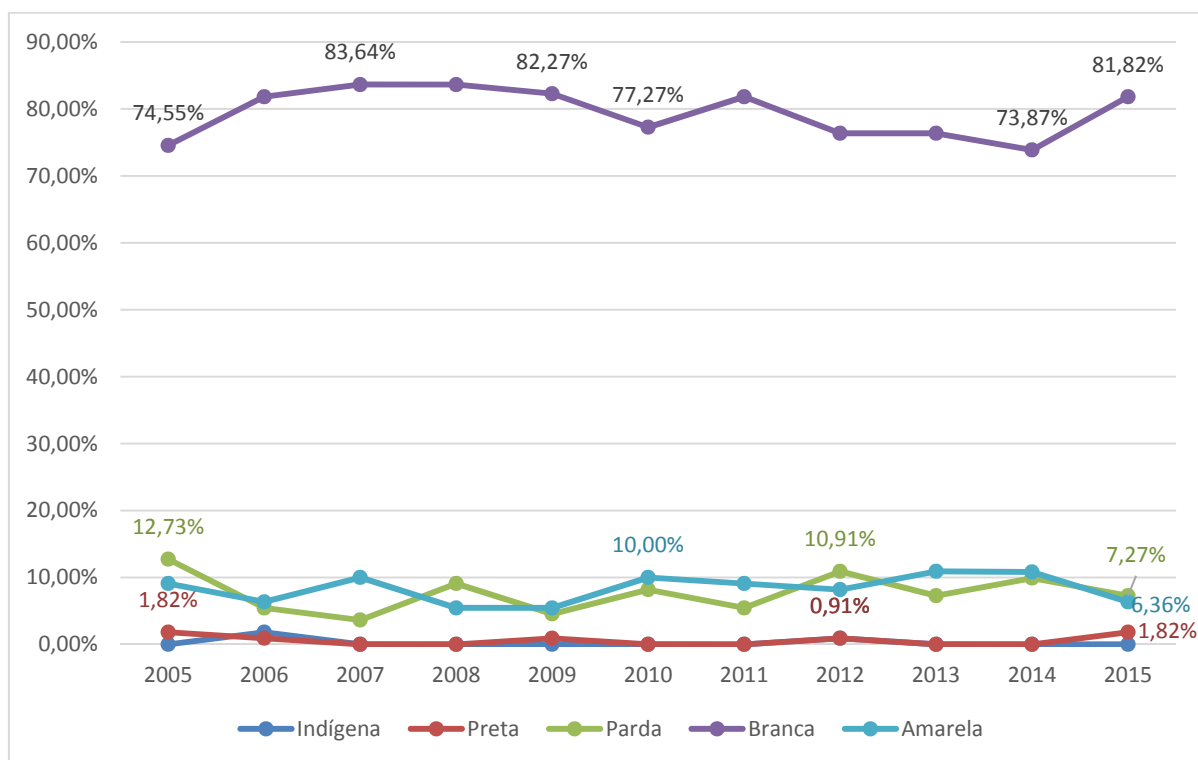


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Se isolarmos somente o número de alunos pretos, pardos e indígenas que se matricularam no curso mais concorrido da UNICAMP, Medicina, notamos que ele é extremamente baixo.

Nos últimos 11 vestibulares, apenas 7 alunos declarados pretos entraram no curso de Medicina da UNICAMP, o que equivale a 0,58% do total de alunos ingressantes no período. Isto é, não é sequer um ingressante preto por ano. Apenas 3 alunos indígenas se matricularam no curso no período de 2005 a 2015. Enquanto isso, o número de alunos brancos admitidos no período corresponde a 79,85%.

Gráfico 11: Série temporal da proporção de alunos matriculados no curso de Medicina no período de 2005 a 2015.

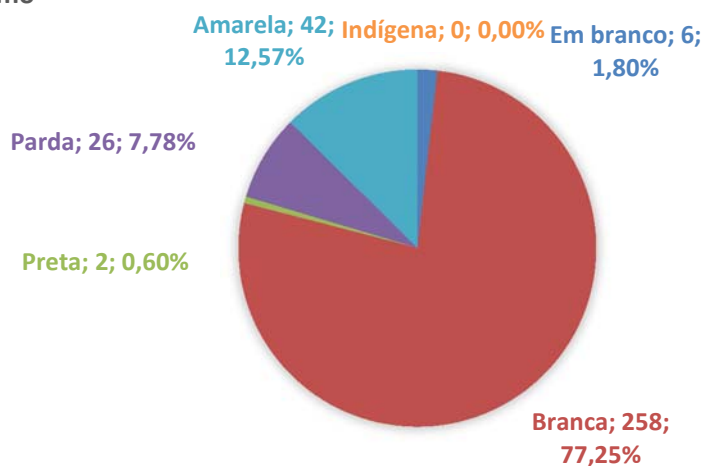


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Já no curso de Arquitetura e Urbanismo, apenas 2 alunos pretos se matricularam nos últimos 11 vestibulares, o que representa 0,60% do total de alunos matriculados no período. Os brancos representam 77,25% dos matriculados, os amarelos 12,57%, enquanto pretos e pardos totalizam juntos 8,38%. Com relação aos indígenas, nenhum ingressou neste curso da UNICAMP nos últimos onze anos.

Gráfico 12: Proporção de alunos matriculados no curso de Arquitetura e Urbanismo no período de 2005 a 2015 segundo cor.

Arquitetura e
Urbanismo

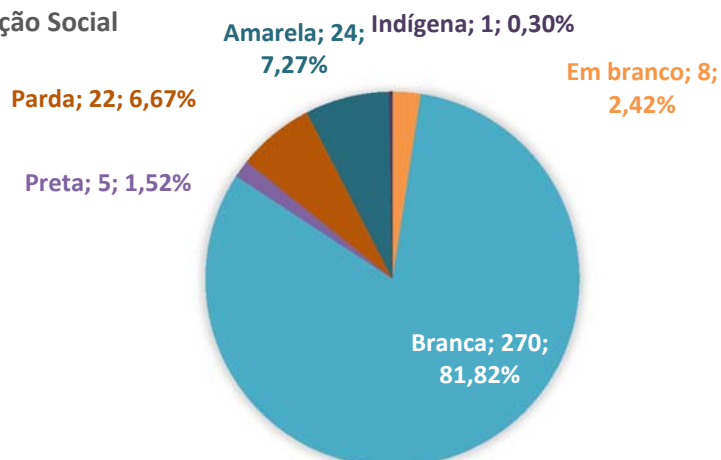


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

No curso de Comunicação Social - o terceiro mais concorrido da UNICAMP - proporção de brancos é ainda maior: 82% dos matriculados, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 13: Proporção de alunos matriculados no curso de Comunicação Social período de 2005 a 2015 segundo cor.

Comunicação Social



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

3) Critério renda

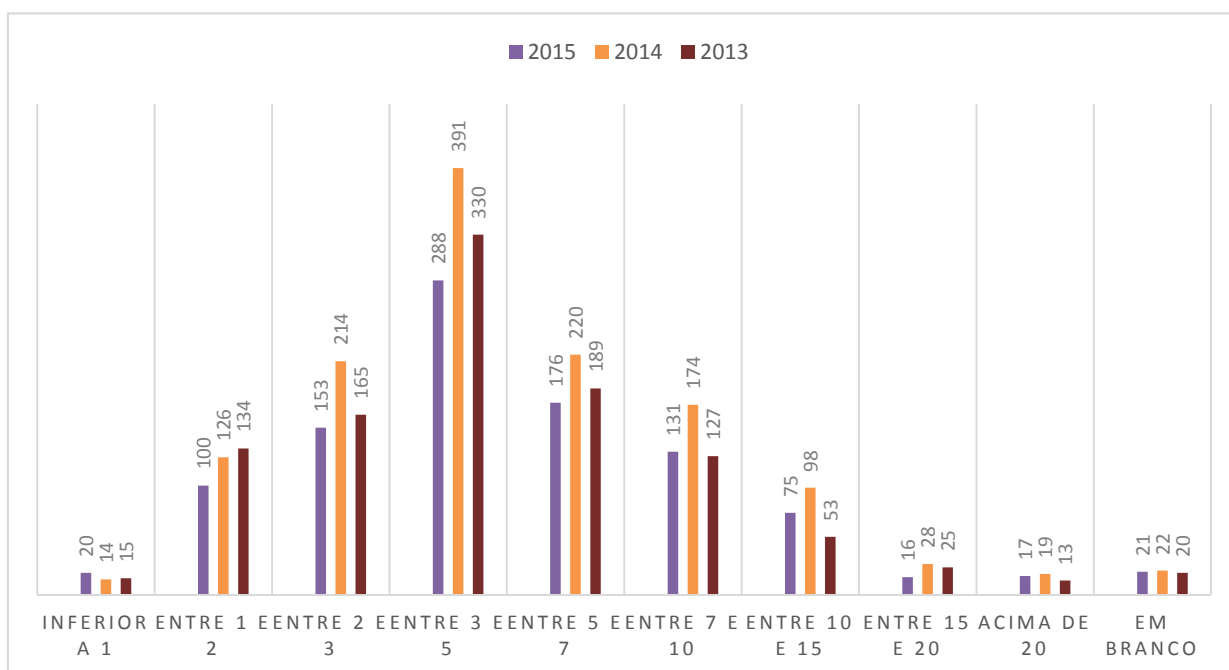
É curioso notar que, diferentemente de outras universidades (especialmente as federais), a UNICAMP não adotava critério de renda para selecionar os estudantes da rede pública de ensino que poderão ser beneficiados pelo PAAIS.

De acordo com os dados vestibular de 2015, do total de 997 alunos matriculados e optantes pelo PAAIS, apenas 20 declaram possuir renda familiar de 1 salário mínimo. A maior parte dos matriculados optantes pelo PAAIS possui renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Todavia, é curioso notar que há alunos beneficiados pelo PAAIS cuja renda familiar é superior a 10 salários mínimos.

No vestibular para ingresso no ano de 2015, por exemplo, 75 alunos beneficiados pelo PAAIS declararam ter renda familiar entre 10 e 15 salários mínimos⁷, enquanto 17 declararam possuir renda familiar superior a 20 salários mínimos.

⁷ De acordo com a Comvest, o salário mínimo vigente no ano de 2015 era de R\$724,00.

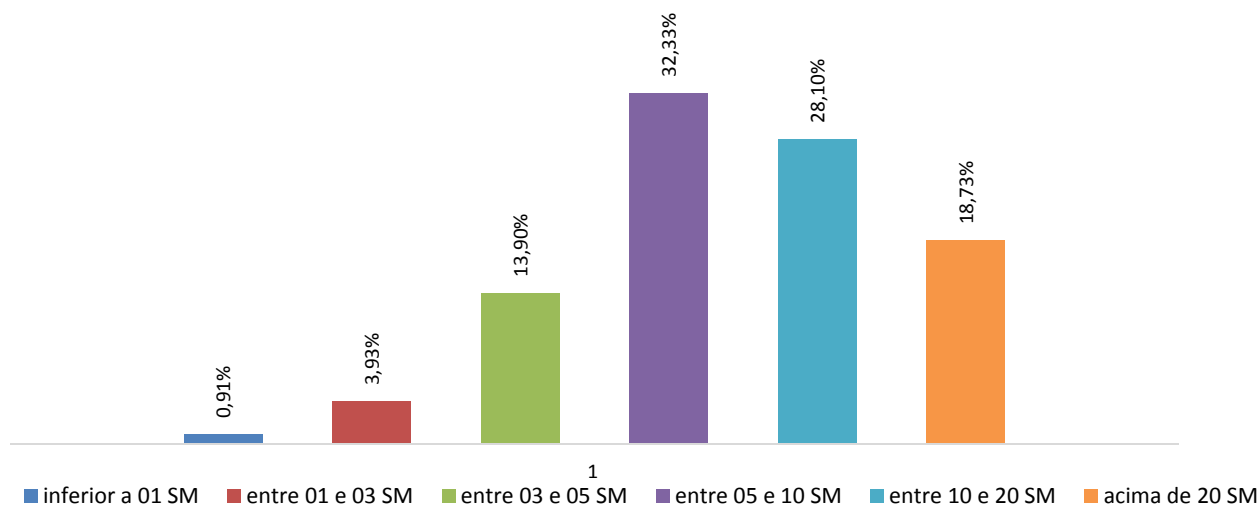
Gráfico 14: Número de alunos matriculados e optantes pelo PAAIS nos anos de 2013, 2014 e 2015 segundo a renda familiar.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Os dados acima expostos mostram que o critério adotado pela UNICAMP permite que alunos de alta renda tenham um benefício no vestibular tão somente porque cursaram o ensino médio em escola pública. Se analisarmos apenas a renda familiar dos estudantes matriculados nos três cursos mais concorridos da UNICAMP nos últimos três vestibulares, o grau de elitização é ainda mais alto, como era de se esperar: a maior parte dos matriculados possui renda familiar superior a 7 salários mínimos. No curso de Medicina, por exemplo, 18,73% dos matriculados nos últimos três vestibulares possuem renda familiar superior a 20 salários mínimos. O percentual de alunos com renda familiar de até 3 salários mínimos é 5% do total de matriculados no triênio, enquanto o percentual de alunos com renda familiar superior a 5 salários mínimos é 79% dos matriculados, o que demonstra a elitização do curso.

Gráfico 15: Alunos matriculados em Medicina nos anos de 2013, 2014 e 2015 segundo grupos de renda familiar



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Portanto, somente com a adoção de critério de renda é que a UNICAMP poderia tornar-se mais inclusiva e dar oportunidades a alunos oriundos dos setores com menor renda em nossa sociedade.

Considerações Finais

A presente pesquisa se propôs a analisar a inclusão social e racial promovida pelo PAAIS no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da UNICAMP no período de 2005 a 2015, ou seja, antes da mudança dos critérios para o vestibular de 2016.

Com base nos dados analisados, verificamos que no período de 11 anos desde a criação do PAAIS, os alunos matriculados que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas representam apenas 4% do total de matriculados no período, contra 48% de egressos de escolas particulares. Mais importante é notar que essa proporção não se alterou significativamente ao longo dos 11 anos de existência do programa, como mostrou o gráfico 2. Portanto, devemos tomar a fala do reitor de que o programa tem tratado a inclusão social com “bastante cuidado” como um eufemismo: de fato, o PAAIS não se mostrou

eficaz em cumprir seu principal objetivo, qual seja, o de incluir estudantes da rede pública de ensino.

Verificamos, ainda, que os resultados do vestibular da UNICAMP reproduzem forte desigualdade racial. Desde a adoção do PAAIS em 2005 até o vestibular para ingresso em 2015, apenas 12,15% dos alunos ingressantes na universidade eram pardos, 2,32% eram negros e 0,32% eram indígenas. A inclusão de estudantes pretos, pardos e indígenas supostamente adviria do acréscimo de 10 pontos na nota final do vestibular para os estudantes que declarassem pertencer a esses grupos sociais. Novamente o PAAIS não funcionou e as taxas de inclusão de PPIs permaneceram estagnadas ao longo dos 11 anos.

Outro problema do programa da UNICAMP, se comparado, por exemplo, às cotas das universidades federais, é que ele não adota critério de renda para selecionar os estudantes da rede pública de ensino beneficiados com o bônus. A não utilização desse critério permite que alunos com alta renda familiar sejam beneficiados pelo PAAIS, contribuindo para a manutenção de alta proporção de alunos de renda média e alta na universidade. A adoção do critério de renda para concessão dos bônus do PAAIS beneficiaria os alunos mais carentes das escolas públicas e geraria benefícios para a sociedade como um todo.

Em suma, a modalidade de ação afirmativa adotada pela UNICAMP não foi eficiente em proporcionar inclusão racial e social nos últimos 11 anos, a despeito destes serem os objetivos propostos pelo PAAIS. Ao contrário das cotas, que, quando bem administradas, garantem a entrada de uma proporção fixa de candidatos oriundos dos grupos de beneficiários, os programas de bônus (pontos acrescidos) podem ser totalmente inócuos, como mostra o presente exemplo: basta que os pontos adicionais não sejam suficientes para provocar uma mudança na distribuição de vagas produzida pelas notas de corte do processo seletivo. O mais impressionante é que o programa ficou 11 anos em operação sem produzir resultados e mesmo assim foi mantido intocado, até o ano passado, quando finalmente foi redesenhado.

Os programas de bônus têm o defeito adicional de, ao contrário das cotas, funcionarem de maneira regressiva. Um bônus fixo, qualquer que seja seu valor, é

mais eficaz para incluir alunos em cursos menos concorridos do que nos mais concorridos. Mostramos neste estudo que há evidência de que PAAIS reproduzia esse efeito perverso, ao incluir mais alunos oriundos da escola pública em cursos pouco concorridos enquanto nos mais concorridos seu efeito era inócuo

O reitor da UNICAMP declara que em 2016 a inclusão foi expressiva também nos cursos mais concorridos. Para além da fanfarra da publicação dos resultados do novo PAAIS, de fato muito promissores, somente estudos futuros mais detalhados podem determinar se uma mudança significativa ocorreu nos resultados do processo seletivo da universidade no que toca a inclusão. Resta também verificar os perfis de renda dos beneficiários e do alunado como um todo, pois o PAAIS não utiliza critério de renda e, portanto, corre o risco de incluir desproporcionalmente alunos com renda mais alta, mesmo que oriundos da escola pública.

A UNICAMP mudou seu programa depois de 11 anos de funcionamento de um programa escandalosamente ineficaz. Enquanto isso, a USP continua insistindo em não se abrir à inclusão social e a UNESP adotou um programa de cotas similar ao as federais somente em 2014, após passar uma década evitando adotar qualquer política de inclusão social e racial.

As universidades estaduais paulistas, que figuram entre as melhores universidades do Brasil, tem sido historicamente as mais resistentes à adoção de programas de democratização ao acesso. Enquanto isso, nos Estados Unidos, mas universidades mais prestigiosas, que figuram entre as melhores do mundo, são ferrenhas defensoras de programas de ação afirmativa. Aos poucos, estas instituições públicas do estado de São Paulo estão sucumbindo a uma tendência que parece inexorável de repensar o papel da universidade pública em uma sociedade democrática. Se ela é, de fato, inexorável, o futuro dirá.

Referências

IBGE. *Censo demográfico da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2010. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> >

TESSLER, Leandro R. Ação afirmativa sem cotas: O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp. <Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/pais/artigo1.pdf>>

UNICAMP. *Ata da 87ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas*. <Disponível em: <http://www.sg.unicamp.br/pautas/ata87consu.pdf> >

UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-012/2004 de 25 de maio de 2004*. <Disponível em: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=2786>

UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-004/2015, de 26 de maio de 2015*. <Disponível em: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=3808>

UNICAMP/COMVEST. *Estatísticas dos vestibulares*. <Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/estatisticas/numeros.html>>

Como citar

Venturini, Anna Carolin & Feres Júnior, João. Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP. *Textos para discussão GEMAA*, n. 11, 2016, pp. 1-24.